

O AJUSTE POLÍTICO

Nelson Oliveira
Da equipe do *Correio*

O Fernando Henrique Cardoso que discursou quarta-feira na Confederação Nacional da Indústria (CNI) é o protótipo do presidente de país em desenvolvimento da era neoliberal. Tenta levar à frente os ajustes exigidos por credores e investidores externos, enfrentando internamente as artimanhas de partidos numerosos e incoerentes, inclusive o do próprio presidente — além das pressões de industriais prejudicados pela abertura econômica. A uma certa distância, ouve a massa de miseráveis e desassistidos que, a seu modo (desorganizadamente), cobra a oferta de serviços básicos. No centro de todas essas demandas, o presi-

dente olha para o rombo nas contas externas e não vê saída a não ser o arrocho. "Nós vamos levar adiante esse combate ao déficit, custe o que custar", advertiu o presidente a 300 empresários, reunidos na CNI. Fernando Henrique mal completou a primeira fase do ajuste que países como a Argentina já empreenderam. Está sob as espadas dos espe-

Mesmo sem ter concluído a primeira fase das reformas econômicas, o Brasil se depara com a urgência de mexer nas leis que regem os partidos e as eleições

culadores que acossaram o mundo durante a crise das bolsas. Mas mesmo com o processo de reformas em andamento, já tem que tomar passos em direção à segunda fase de mudanças consideradas necessárias por instituições como o Banco Mundial para dar seqüência à integração do Brasil à economia internacional. Uma dessas reformas é a do sistema político-partidário. E não há como escapar dela, como parecem indicar uma série de fatos ocorridos nos últimos meses. Podem ser dados como exemplo as inúmeras batalhas do governo para conseguir votos nos partidos que formalmente lhe dão sustentação, o fracasso na votação de medidas pre-

videnciárias exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o recente encontro do presidente com seu adversário das últimas eleições, Luís Inácio Lula da Silva. O que os analistas dizem é que não há como reformar um país sem alianças políticas amplas e costuradas com partidos fortes e disciplinados. Mais: sem leis que limitem a infidelidade aos programas partidários e a tentação ao clientelismo. Não se sabe quando um presidente brasileiro poderá contar com semelhante estrutura político-partidária. O encontro de Fernando Henrique com Lula — o presidente buscava apoio ou queria impressionar os aliados? — indica que ainda passaremos um bom tempo fazendo na marra reformas inspiradas pelo FMI e o Banco Mundial.

Apenas um jogo de pôquer

As sessões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado são um bom remédio para a insônia. Especialmente quando estão em debate a dívida externa e o câmbio. Em geral, ministros e presidentes do Banco Central falam difícil para uma audiência que parece não compreender os aspectos técnicos do problema. Os senadores, por seu turno, perdem-se em longas, inconsistentes explicações, ponteadas aqui e ali por ironias pálidas e tiradas de humor. Alguns tentam pôr as autoridades do executivo contra a parede — quase nunca conseguem. A maioria só marca presença.

Na tarde da terça-feira, 8, porém, esse ritual foi perturbado por minutos em face de um ligeiro constrangimento. A CAE estava reunida para inquirir o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e 20 países credores. Inscrito em primeiro lugar para perguntas, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) fez um desabafo surpreendente: "Estamos num jogo de pôquer. Todos blefam e ninguém tem jogo", disse desanimado o senador, colega de partido do presidente Fernando Henrique Cardoso. "O Brasil vai ao FMI fingindo ter alternativa. Não tem. O FMI finge que tem a alternativa de não conceder o empréstimo. Não tem, porque se o Brasil quebrar afeta o mundo todo. Já o Senado blefa que pode rejeitar este acordo, quando não pode".

A sinceridade de Peres poderia ser considerada um dos fatos mais auspiciosos dessas duas semanas. Afinal, não é todo dia que um congressista resolve falar de maneira tão crua sobre as fragilidades da comunidade a que pertence. Mas a intervenção do senador peemedebista tem valor adicional: resume bem a situação da classe política brasileira frente aos desafios do ajuste provocado pela crise externa.

Enquanto Peres falava no Senado, desembarcava em Brasília o cientista político norte-americano Robert Kaufman com uma pasta cheia de teses sobre como os políticos podem ajudar ou atrapalhar os países a vencer na economia de mercado.

Num artigo publicado pela *Harvard International Review*, Kaufman traça um cenário que remete ao desconsolo do senador governista. "Um desempenho econômico insuficiente pode ter sérias consequências para a legitimidade e o funcionamento de regimes democráticos. Não é difícil conceber um ciclo de declínio político no qual prolongada deterioração



Arie Tonil Lucena e André Ribeiro

econômica compromete o apoio a governos representativos e drena o conteúdo democrático das instituições. Um tal ciclo pode começar com processos já evidentes num número de países latino-americanos e ex-comunistas: o crescimento do cinismo e da apatia, o declínio na efetiva participação política, e a inabilidade do sistema político para gerar coalisões representativas e capazes de garantir a governabilidade".

Evidentemente, não há como colar essas idéias sobre o mapa do Brasil, sem que sobrem ou faltam partes (ver entrevista). Kaufman, porém, mostra que está antenado ao que se passa nos países em desenvolvimento

to (ou emergentes) quando observa que a desorganização e a incoerência dos partidos são determinantes no menor ou maior custo do ajuste externo para a população, principalmente de baixa renda.

Ele argumenta que quando os partidos são fortes, e os seus integrantes, disciplinados, torna-se mais fácil a opção entre esta ou aquela ação para superar a crise ou buscar o desenvolvimento. Se, por exemplo, os investidores internacionais exigem mudanças necessárias ao equilíbrio da Previdência Social, uma classe política com apoio popular e munida de idéias claras sobre como distribuir perdas e ganhos pode elaborar proje-

to com mais chances de sucesso — até no que diz respeito ao tempo em que a decisão leva para ser tomada e implementada.

Kaufman não desce a detalhes nessa análise, até porque aborda a situação dos países emergentes como um todo. Mas é quase óbvio que no caso da Reforma da Previdência no Brasil, a indefinição do governo e do Congresso não prejudica só a concretização do ajuste fiscal. Deixa sem rumo uma vasta faixa da população que trabalha no setor privado. Essas milhares de pessoas não estão se preparando para o futuro, já que não têm regras claras sobre como fazê-lo, além de não terem opções confiáveis

ou economicamente viáveis. Com isso, tenderão a se tornar parte de um grave problema social na velhice por causa da renda precária. Por outro lado, como não estão poupança, privam o País de recursos para investimentos captados a custo baixo.

"Na maioria das nações latino-americanas, os partidos vêm há muito tempo se caracterizando por programas vagos, clientelismo, bases eleitorais não confiáveis e organizações políticas instáveis", diz Kaufman em seu artigo. Mas o estudo mostra um ângulo perverso do ajuste: quando a crise e o arrocho decorrentes da aposta na liberalização comercial e na abertura ao capital estrangeiro enfraquecem ainda mais as organizações políticas. "A diminuição do tamanho e das responsabilidades dos estados na América Latina tem reduzido as oportunidades de clientelismo. Além disso, tem havido erosão dos sindicatos e outros grupos sociais dos quais os partidos retiravam suporte".

Qual seria então uma possível saída para esse quadro? Uma reforma política profunda, que tratasse do número de partidos e do preenchimento de cargos legislativos. Esta solução, entretanto, esbarra nos próprios políticos. "Significantes reformas eleitorais encontram oposição de poderosos políticos que têm se beneficiado da atual situação. Aumentar o número mínimo de votos necessários para a eleição de um legislador, por exemplo, pode ter um grande efeito no número de partidos", opina Kaufman. Ele quer dizer que haveria menos partidos e estes teriam ideologia e programas mais definidos, faci-

PARA SABER MAIS

Consenso de Washington

O "Consenso de Washington" é o conjunto de recomendações dadas no início da década de 80 aos países em desenvolvimento por organismos internacionais como o Banco Mundial e instituições acadêmicas norte-americanas importantes. A receita visava a melhorar o desempenho econômico desses países dentro de uma ótica cooperativa em relação aos países ricos. Tinha como ingredientes básicos a abertura às importações e aos capitais internacionais, ajuste fiscal e privatização. Um bom número de países latino-americanos, a começar pelo Chile, e asiáticos adotou essas idéias e realizou o que os especialistas chamam de primeiro turno das reformas. O Brasil resistiu ao

Consenso de Washington e só agora está para terminar essa fase dita inicial.

Mais recentemente o debate migrou para uma segunda rodada de reformas batizada de "Além do Consenso de Washington" pelo economista norte-americano, Joseph Stiglitz, vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial. Sem desprezar os ganhos que ele acredita foram obtidos na primeira fase, Stiglitz, entre outros, propõe que os países façam reformas profundas em suas instituições. Os partidos políticos e o judiciário são dois exemplos. Essas reformas criariam um ambiente mais propício para o florescimento dos negócios e o crescimento econômico.

litando o encaminhamento e a negociação de propostas.

Partindo do princípio geral estabelecido por Kaufmann, é possível imaginar como seria, em duas situações partidárias distintas, a negociação de temas importantes do ponto de vista econômico-social. A criação de subsídios a determinados grupos (agricultores ou industriais), por exemplo, poderia ser negociada mais facilmente entre três partidos: um liberal (por natureza contrário a subsídios), um de esquerda (por definição adepto desse tipo de medida) e um partido mais de centro, que contemplaria posições dos dois extremos do leque partidário.

Mais difícil — certamente problemático — seria negociar essa mesma medida dentro de um outro quadro partidário, com, digamos, um partido formalmente liberal, mas no fundo guiado por práticas clientelistas (em que o subsídio seria visto como forma de ajudar este ou aquele setor ou região), um partido nitidamente clientelista, um partido de esquerda favorável aos subsídios (mas tão dividido internamente, que não lhe permite negociar), um partido de centro-esquerda sem personalidade e várias pequenas agremiações cujos integrantes vivem apenas à caça de cargos e oportunidades de carrear verbas. Num ambiente assim, não é possível negociar pois não se tem nenhuma ideia de quem pode assumir responsabilidades pela distribuição de perdas e ganhos. E a negociação fica muito mais dependente dos interesses pessoais ou de grupos específicos do que da situação da maioria das pessoas atingidas. (NO)